Ñanduty
ISSN:2317-8590

RESENHA. BUTLER, Judith. (2018). Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 266p.

Ana Lígia Saab Vitta (PUC-SP/CNPq) - anasvitta@outlook.com
Júlia Arruda da Fonseca Palmiere (UCDB) - juliapalmiere@hotmail.com

Entre corporeidades e coletividades: ética e o direito de existir nas ruas

O livro *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia* reúne seis textos escritos e publicados em diferentes momentos da última década do pensamento de Judith Butler. A filósofa estadunidense se tornou referência nos estudos de gênero pela perspectiva da Teoria *Queer*, cruzando os campos da política, filosofia e ética, sobretudo no início dos anos 2000, quando seu pensamento começou a se difundir no campo das Ciências Humanas e se tornou referência. Butler foi recebida no mundo ocidental por diferentes disciplinas, como literatura, psicanálise, cinema, psicologia. Também instigou debates contemporâneos sobre gênero, feminismo e transgenereidades, o que provocou e intensificou tensões no campo social entre grupos conservadores e progressistas. Nesse sentido, sua produção teórica é atravessada pelo comprometimento com a militância, o que marca a postura ético-epistemológica da autora.

Ao longo da última década, suas investigações se redirecionaram para pensar o processo democrático e a vida entrecruzada com a violência; tais questões se tornam marcantes pela publicação do livro "*Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?",* traduzido para o português em 2015. Nele, a autora retoma pensamentos acerca das vidas passíveis de extermínio, discutindo sobre democracia e violência nas formas de gestão da vida. A presente obra resenhada – que trata especificamente do público como dispositivo na constituição de uma democracia – dá-se nesta mesma esteira.

Assim, as discussões realizadas aqui atravessam as lutas políticas traçadas nas democracias neoliberais da última década – como a Praça Tahrir, em 2010 e o Movimento *Occupy* nos Estados Unidos – para pensar performatividade, precariedade da vida, linguagem e democracia. Para tanto, o texto propõe uma reflexão sobre a reunião de grandes grupos no contexto das sociedades neoliberais, colocando em

questão a constituição de alianças coletivas em uma ética de coabitação que se dê nos espaços públicos.

A autora contrapõe duas importantes noções políticas: a forma da democracia (ou seja, sua operacionalização no campo público) e o princípio da soberania popular, questionando a noção de "democracia" e enfatizando sua natureza polissêmica. Butler afirma que há um paradoxo na conceituação dos processos democráticos, pois é justamente aquém das nomeações que deveríamos pensar a democracia no presente, já que a denominação "democrática" opera como estratégia biopolítica de governo da população. Desse modo, há uma discussão entre um real da democracia e um simulacro da mesma. A obra cerceia tais questões, problematizando os entornos dos atuais simulacros das democracias contemporâneas e seus possíveis reajustes no campo político.

Ao longo do primeiro capítulo, denominado *Política de gênero e o direito de aparecer*, Butler retoma questões de gênero tratadas por ela anteriormente, bem como o modo pelo qual encontros políticos podem se ligar a questões de performatividade, corpo e política. Para a autora, tais fatores dizem respeito ao direito de aparecer (no mundo, nos grupos, em coletividades) como algo inviabilizado às vidas precarizadas, incluindo minorias sexuais e de gênero, materializando-se pela enunciação das performances e, ao mesmo tempo, pelos atos corporais desses sujeitos.

É a partir de Hannah Arendt e da noção do direito de aparecer que a autora concebe a não existência de direitos no campo político como equivalente ao não direito de aparecimento nos espaços públicos. Portanto, coletivos que não têm seus direitos resguardados nesses espaços – corpos passíveis de violência – são uma concepção de "povo" que não tem sua representatividade colocada em jogo. É a presença constante desses atores sociais que dá corpo a manifestações públicas que atuam na regulação do corpo social; assim, a ausência de direitos assegurados pelo Estado, a criminalização da pobreza ou a não representatividade desses grupos são enunciados que se deslocam no aparecimento desses corpos nas ruas. Como exemplo, pensemos o movimento "Ele não" de setembro de 2018, que foi um dispositivo capaz de produzir alguns discursos sobre a necessidade social destes corpos de se movimentarem nas ruas, dando eco a outra concepção democrática no espaço público.

No segundo capítulo, *Corpos em Aliança e a Política das ruas*, Butler coloca a visibilidade desses processos no espaço arquitetônico, na constituição das manifestações e na distinção público/privado. Com efeito, Foucault (2013) pensa as heterotopias[1] como contra espaços em meio às constituições de normatividades; são localidades que operam, discursivamente, na margem das normatividades sociais, criando virtualmente espaços que desfaçam os possíveis nós identitários, bem como criando corpos políticos que sejam corpos utópicos. Ora, Butler fala da virtualidade do poder desde a disposição arquitetônica, algo que Foucault já nos dizia quanto aos espaços disciplinares (como o presídio ou as escolas) e os hospitais psiquiátricos. Assim, a rua passa a ser um operador biopolítico de extrema importância, visto que a virtualidade dos corpos precários em conjunto estabelece o que Butler chama de exercício performativo, um modo outro desses espaços serem, também, contra espaços em potencial. A democracia e a vontade popular passam a ser bases importantes de resistência democrática e de modos outros de pensar.

No terceiro ensaio *A vida precária e a ética da convivência*, Butler enfatiza o problema da ontologia identitária de alianças políticas e da necessidade da pluralidade dos grupos. Fala-se de uma "ética de coabitação" e do modo como a ética solicitada estrutura a forma pela qual nos vinculamos ao outro e a coletividades, levando em conta a construção de imagens virtualizadas. É a possibilidade de distanciamento e aproximação dentro do campo ético, constituído em meio ao peso da globalização, ao *boom* das redes sociais e do neoliberalismo. Há uma "obrigação ética" à medida que as imagens e construções sociais são impostas. Isto leva a questão ética para um âmbito não apenas das coletividades que são vivenciadas pelos corpos, como também para uma étca que não mais se vê delimitada por fronteiras linguísticas ou territoriais, por unidades ou sujeitos políticos fronteiriços. A concepção ética se vê mediada pelo deslocamento da informação, criando conectividades em outra temporalidade e abrindo espaço para que a afetação ética aconteça de modo múltiplo.

[1] A noção póstuma de Foucault de "heterotopia" fala de uma contraposição entre os espaços reais, concretos, palpáveis – que reproduzem lógicas, normatividades e regras – e os contra espaços sobrepostos nessas mesmas localidades concretas. São "recortes singulares de tempo" (p. 25) por excelência: um modo de contestação da normatividade e dos arquivos proferidos nesses espaços que se dá igualmente como um simulacro e/ou como a constituição de um contra espaço propriamente dito – um espaço outro de ocupação.

O quarto ensaio, *A vulnerabilidade corporal e a política de coligação*, produz amarrações sobre a vulnerabilidade – quase ontológica – dos corpos para discutir sobre coligações e alianças políticas. Para esta discussão, aborda o caráter performativo do corpo que aparece em público, considerando a exposição ao coletivo e as tecnologias midiáticas que produzem formas de conceber as multidões. A vulnerabilidade corpórea diz respeito à permanente exposição a situações de perigo, como repressão policial, violência, conflitos em manifestações. Ela seria condição imanente à vida humana, de modo que encontraria no coletivo suporte e proteção, tendo em vista a interdependência corpórea como condição ontológica dos coletivos. Nesse sentido, a multidão nos situa diante desta dupla vetorização: vulnerabilidade corporal e necessidade de suporte coletivo. Ao situar o corpo como foco e agente de lutas políticas (aquele que luta e por quem se luta), Butler enfatiza a dimensão ética e estética da relação entre os sujeitos e dos sujeitos consigo, considerando a atual biopolítica como essa dimensão ética que nos permite exercer a liberdade e resistir.

No quinto capítulo, *"Nós, o povo" – considerações sobre a liberdade de assembleia*, toma-se a noção de *povo* para pensar os efeitos da reivindicação do "nós, o povo" em lutas políticas. Para isto, Butler se apoia em teóricos da democracia a fim de problematizar a concepção de povo contida na Constituição dos Estados Unidos e nas reinvindicações de movimentos sociais. A autoconstituição de "povo" é, por si, problemática, visto que toda autodenominação implicará em uma inclusão discursiva dos que fazem parte do "povo". E, consequentemente, uma exclusão de quem não faz. De fato, para Butler, a afirmação de um grupo enquanto povo não implica unidade ou conformidade.

Após este alargamento, problematiza-se a liberdade de assembleia no contexto das democracias neoliberais, considerando alguns paradoxos jurídicos, sobretudo no que se refere à proteção governamental de direitos para assembleias. Com efeito, o direito de se reunir em assembleia permite reivindicações e oposições às medidas do Estado-nação que se vê soberano, criando tensões no campo democrático. Butler pensa este paradoxo sob o pano de fundo das privatizações neoliberais nas últimas décadas e afirma, ético-politicamente, a liberdade de assembleia como direito, indo para além da proteção dos Estados-nação e considerando a possibilidade de união de corpos na rua como precondição da própria política.

O último capítulo carrega o título *É possível viver uma boa em uma vida ruim?*, nele Butler propõe uma reformulação da interrogação realizada por Theodor Adorno a respeito da possibilidade de encontrar maneiras de viver uma boa vida em um mundo cujas condições de vida são marcadas pela exploração e pela desigualdade social. Essa questão instiga reflexões sobre vidas que consideramos passíveis e não passíveis de luto biopolíticamente, considerando o acesso aos direitos e às condições de vida. Aqui, a autora situa novamente a importância do corpo nas ações políticas, considerando a dimensão performativa das ações corporificadas. Assim, aposta em uma política da performatividade que caminharia na contramão dos arranjos biopolíticos que levam à precarização de algumas vidas.

A tese de Butler: somos corpos precários e necessitamos de condições coletivas para continuar existindo, é exposta de forma propositiva e ao mesmo tempo se desdobra em um conjunto de argumentos que permitem apostar em alianças políticas entre diferentes pautas, espectros e corpos. Isto para a construção de ações políticas, localidades e incitação de estratégias para reagir às precarizações da vida. A autora realiza ganchos teórico-epistemológicos com diferentes autores que pensam a democracia e consegue explicitar que não parte deles para aclimatar pressupostos teóricos em seu campo de análise – lutas políticas em democracias neoliberais –. Mas, diferentemente, que seu exercício teórico objetiva, justamente, pensar com estes autores sobre realidades situadas e localizadas. Butler já habitava um plano de compreensão teórico-conceitual construído em seu percurso enquanto pesquisadora nas últimas décadas e, aqui, retoma algumas noções de seu pensamento, como materialidade, precariedade e performatividade para pensar o presente. Suas engrenagens conceituais operam de forma propositiva no texto, ao passo em que respondem às problemáticas políticas de nossa época.

É válido ressaltar que esta obra é importante para pensar o conceito de *performatividade* para além das experiências relacionadas às performances de gênero, pelas quais o conceito se tornou referência, principalmente após a publicação de "*Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*", publicado originalmente em 1990. Nesta obra resenhada, Butler movimenta o conceito para pensar a ocupação dos espaços públicos e o caráter performático das manifestações em assembleia, o que nos oferece condição para descolar o conceito das experiências de gênero

exclusivamente e ampliar sua potência para pensar corporalidades em suas diferentes dimensões.

Entende-se que a leitura deste livro permite pensar sobre formas de reivindicações políticas no presente, tendo em vista a condição precária da existência e sua indução em sistemas democráticos nos quais direitos sociais se encontram em ameaça permanente. O pensamento da autora funciona como máquina para analisar o engendramento de políticas de ocupação dos espaços públicos, considerando a experiência performativa corporal das multidões e coabitação dos espaços. Por fim, afirmamos que o pensamento atento e sensível de Butler sobre as democracias neoliberais e alianças políticas é potente para análises acerca da atual biopolítica, assim como para a construção de estratégias coletivas de coabitação dos espaços públicos e contínua resistência à precarização da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. (2015). *Quadros de Guerra*: quando a vida é passível de luto? 1ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
FOUCAULT, Michel. (2013). *O Corpo Utópico, as Heterotopias.* 1ª ed. São Paulo, N-1 edições.